

Dívida total atinge US\$ 149 bilhões

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O setor público brasileiro (compreendendo as três esferas de governo e, ainda, as dívidas de Previdência Social, das empresas estatais e a dívida externa) chegou ao final do ano passado com uma dívida total de Cr\$ 1,840 quatrilhão, equivalente a US\$ 149 bilhões, representando 32,1% do PIB. Isto quer dizer que houve uma ligeira queda no estoque do endividamento público global sobre o ano anterior, quando, a preços de dezembro passado, o estoque da dívida na posição de dezembro de 1991 havia alcançado Cr\$ 1,948 quatrilhão, equivalente a US\$ 157 bilhões, ou 33,7% do PIB.

Os dados são do Banco Central (BC) e deixam claro que a expansão ocorrida no saldo da dívida mobiliária fora do Banco Central (Cr\$ 444 trilhões em dezembro de 1992, contra Cr\$ 157 trilhões em 1991) em poder do público foi em larga escala compensada com a redução do estoque da dívida externa líquida, que caiu do nível de US\$ 99 bilhões para US\$ 76 bilhões. Isto se explica porque o BC considera, para efeito de medir o endividamento externo, as obrigações do País com os credores internacionais menos os haveres que tem no exterior e que são representados pelas reservas internacionais do País.

A dívida mobiliária interna cresceu em decorrência do desbloqueio dos cruzados novos e do volumoso ingresso de capital estrangeiro no ano passado, mas também teve o impacto dos

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO						
Saldos em fim de período a preços de dezembro de 1992						
Discriminação	1991			1992		
	Cr\$ trilhões	US\$ bilhões	% do PIB	Cr\$ trilhões	US\$ bilhões	% do PIB
Dívida Total	1.948	157	33,7	1.640	149	32,1
Governo Federal e Banco Central do Brasil	659	53	11,4	551	44	9,6
Governos Estaduais e Municipais	370	30	6,4	424	34	7,4
Empresas Estatais	920	74	15,9	865	70	15,1
Dívida Interna	719	58	12,4	897	72	15,7
Governo Federal e Banco Central do Brasil	-102	-8	-1,8	43	3	0,7
Dívida mobiliária fora do BCB	157	13	2,7	444	36	7,7
Dívida bancária	-93	-7	-1,6	-99	-8	-1,7
Arrecadação a recolher	-3	-0	-0,1	-10	-1	-0,2
Previdência Social	-1	-0	-0,0	-13	-1	-0,2
Entidades autônomas	5	0	0,1	15	1	0,3
Aviso MF-30	-334	-27	-5,8	-318	-26	-5,5
CP/DVR/DTA**	18	1	0,3	24	2	0,4
Fundo de Amparo ao Trabalhador	-50	-4	-0,9	-64	-5	-1,1
Títulos estaduais e municipais	-30	-2	-0,5	-0	-0	-0,0
Base monetária	30	6	1,4	69	6	1,2
Depósitos em NCz\$ no BCB (Lei nº 8.024)	133	11	2,3	0	0	0,0
Recolhimento Especial Remunerado	17	1	0,3	17	1	0,3
Outros depósitos no BCB	57	5	1,0	68	5	1,2
Créditos de BCB às instituições financeiras	-23	-2	-0,4	-48	-4	-0,8
Demais contas	-15	-1	-0,3	-17	-1	-0,3
Apl. de fundos e carteiras de entidades autônomas	-21	-2	-0,4	-25	-2	0,4
Governos Estaduais e Municipais	313	25	5,4	370	30	6,5
Dívida mobiliária fora do BCB	93	8	1,6	167	13	2,9
Dívida mobiliária no BCB	30	2	0,5	0	0	0,0
Títulos em tesouraria	-9	-1	-0,2	-14	-1	-0,2
Dívida bancária e entidades autônomas	155	13	2,7	173	14	3,0
Arrecadação a recolher	-1	-0	-0,0	-1	-0	-0,0
Depósitos a vista e depósitos de entidades autônomas	-14	-1	-0,2	-8	-1	-0,1
Aviso MF-30	58	5	1,0	53	4	0,9
Empresas Estatais	509	41	8,8	484	39	8,4
Dívida bancária	200	16	3,5	195	16	3,4
Depósitos a vista	-3	-0	-0,1	-3	-0	-0,1
Empreiteiros e fornecedores	12	1	0,2	11	1	0,2
Debêntures	35	3	0,6	28	2	0,5
Carteira das empresas estatais	-9	-1	-0,2	-11	-1	-0,2
Aviso MF-30	276	22	4,8	264	21	4,6
Dívida Externa	1.229	99	21,3	943	76	16,5
Governo Federal e Banco Central do Brasil	761	61	13,2	508	41	8,9
Governos Estaduais e Municipais	57	5	1,0	54	4	0,9
Empresas Estatais	410	33	7,1	381	31	6,6
Memoranda:						
PIB Cr\$ trilhões***	5.782			5.728		
Taxa de Câmbio em 31.12.92 (compra) — Cr\$/US\$		12.387			12.387	

* Dados preliminares baseados em metodologia de cálculo em processo de revisão.

** Certificados de Privatização, Dívidas Vencidas e Renegociadas e Títulos da Dívida Agrária.

*** PIB anual a preços de dezembro de 1992 (deflator IGP-DI(C)), tendo como base a série publicada pelo IBGE.

Fonte: Banco Central

juros elevados. Estas taxas altas influenciaram no desempenho da dívida mobiliária dos estados e municípios no ano passado. Estes devedores contribuíram ainda para o aumento da dívida no item relacionado à dívida bancária. Apesar

do contingenciamento do crédito ao setor público (Resolução 1.718), há operações que estão fora do controle e que pressionam o endividamento.

FLUXO DE CAPITAL

As empresas estatais, devido à política de recuperação de tarifas, apresentaram redução em seu endividamento em 1992 com relação ao ano anterior.